



→ CF

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prof. Thállius Moraes

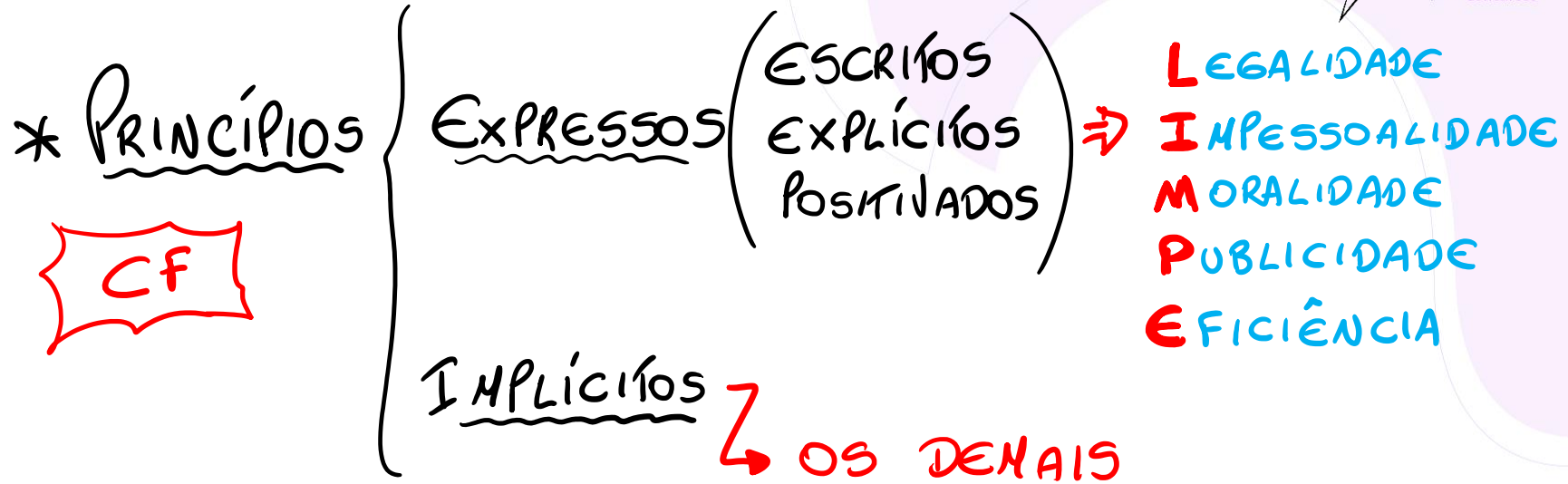
INTRODUÇÃO

* NORTEAR O SISTEMA JURÍDICO

↳ DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS

* APLICAÇÃO → ENTES FEDERADOS (3 poderes)
↳ ADM INDIRETA

OBS: DELEGATÁRIOS → DEVEM OBSERVAR
↳ NÃO DE FORMA INTEGRAL



* ENTRE PRINCÍPIOS ⇒ NÃO HÁ { HIERARQUIA
PREVALÊNCIA

PRINCÍPIOS EXPRESSOS

- **LEGALIDADE** ✓
- **IMPESSOALIDADE** ✓
- **MORALIDADE** ✓
- **PUBLICIDADE** ✓
- **EFICIÊNCIA** ✓

Constituição Federal - Art. 37: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impeessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte(...)

↳ EXPRESSOS

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

① PARTICULARES (ART. 5º, II, CF)

↳ OBRIGADO { FAZER
NÃO FAZER } ⇒ LEI

* PODE TUDO ~> NÃO FOR PROIBIDO

* AUTONOMIA DE VONTADE

* LEGALIDADE "LAÍO SENSU"

② ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 37, CF)

↳ SOMENTE PODE AGIR: EXPRESSA PREVISÃO LEGAL

* LEGALIDADE "STRICTO SENSU"

* PRATICAR UM ATO NÃO PREVISTO NO

ORDENAMENTO JURÍDICO → ATO ILEGAL

* CONDUÍAS → PREVISTAS EM LEI

CUIDADO PARA NÃO CONFUNDIR

LEGALIDADE

X

↳ LEI DEVE SER
OBSERVADA

RESERVA LEGAL

↳ DEPENDE DE LEI PARA
SER CONCRETIZADO

Ex: CRIAÇÃO DOS ENTES
DA ADM INDIRETA

APROFUNDANDO

PRINCÍPIO DA JURIDICIDADE

→ IMPLÍCITO

→ AMPLIAÇÃO DA LEGALIDADE

→ REDUZ A DISCRICIONARIEDADE ADM

AÇÃO: SUBORDINADA → TODO O ORDENAMENTO JURÍDICO
(NÃO APENAS A LEI)

→ LEI / PRINCÍPIOS / DECRETOS / ATO NORMATIVOS SECUNDÁRIOS

ANULAÇÃO DE ATO → VIOLAR PRINCÍPIOS (MESMO QUE EM CONFORMIDADE COM A LEI)